

>>> Continuação >>>



COTRIJUI – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA & INDUSTRIAL – EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ 90.726.506/0001-75 - NIRE 4340000321

Rua das Chácaras, 1513 – 98.700-000 - IJUI- RS

Contábeis, conforme o trecho abaixo transcrito:

"Premissa subjacente Continuidade"

3.9 As demonstrações contábeis são normalmente elaboradas com base na suposição de que a entidade que reporta está em continuidade operacional e continuará em operação no futuro previsível. Assim, presume-se que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação ou deixar de negociar. Se existe essa intenção ou necessidade, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em base diferente. Em caso afirmativo, as demonstrações contábeis descrevem a base utilizada." Ressalte-se que, em 5 de março de 2021, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou o Pronunciamento Técnico CPC Entidades em Liquidação o qual, após sua vigência: "deve ser adotado por toda entidade em liquidação, seja liquidação voluntária, liquidação por entidade reguladora, liquidação extrajudicial, liquidação judicial, autofalência, falência, insolvência civil e qualquer outra forma de liquidação que lei ou regulamento venha a definir, independentemente de qual norma estava sendo seguida pela entidade antes de entrar em processo de liquidação".

Referida norma foi convalidada pelo Conselho Federal de Contabilidade na NBC TG 900 que produz seus efeitos em 1º de junho de 2021, sendo sua adoção permitida a partir de 1º de janeiro de 2021, a não ser em casos de exigência específica diversa, de origem regulatória ou judicial.

Tendo em vista a interposição de recursos com efeito suspensivo, as disposições do Pronunciamento Técnico CPC Entidades em Liquidação ainda não aplicáveis à COOPERATIVA por não possuir plano de liquidação aprovado com remota possibilidade de interrupção por terceiros.

Desta forma, atendo-se às normas vigentes para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o antes mencionado Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e diante da impossibilidade de aplicação plena do Pronunciamento Técnico CPC Entidades em Liquidação, a Administração utilizou seu julgamento, adaptando as práticas contábeis da COOPERATIVA às circunstâncias.

As bases de preparação resultantes do julgamento da administração da COOPERATIVA são descritas a seguir:

a) Base de mensuração

Em condições de continuidade operacional, os ativos de uma determinada entidade pode ser mensurados por critérios como custo histórico, valor de realização líquido ou valor justo, conforme o caso. A recuperabilidade dos ativos deve ser constantemente monitorada pela entidade, de modo que nos casos em que se apresentarem evidências consistentes da não recuperabilidade de determinados ativos, a entidade reconhece um ajuste no valor dos ativos respectivos.

No cenário de liquidação, a Administração entende que, conservadoramente, deve partir da premissa de que é necessária a existência de indícios claros de recuperabilidade para que um ativo seja mantido na contabilidade. Dessa forma, foram reconhecidas provisões por perda no valor de recuperabilidade no caso de ativos para os quais a Administração não conseguiu estimar com confiabilidade a probabilidade de recuperação mediante a geração de caixa pela venda, ou em último caso, pelo uso no curto prazo.

b) Mensuração de passivos onerosos

Na mensuração dos passivos da COOPERATIVA, a Administração atentou para a existência de eventuais desembolsos referentes a custos que a COOPERATIVA poderá ter em função do término de contratos, o que pode incluir por exemplos custos pelo fechamento de estabelecimentos, custos de demissão de empregados, custos de rompimentos de contrato.

c) Ordem e forma de apresentação de passivos

Os passivos da COOPERATIVA e suas controladas que integram a lista de credores estão apresentados em função do tipo de credor, por ordem de preferência, considerando os aspectos jurídicos inerentes ao processo de liquidação.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da COOPERATIVA.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Essas premissas são revistas de uma maneira contínua. Os reflexos decorrentes de modificações nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

5.3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações contábeis são aquelas que não são realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio nas datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento de cada final de mês. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio vigente nas datas das transações.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e disponibilidades bancárias, todos com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Dentre esses saldos, inclui-se o saldo mantido em agente fiduciário (empresa de factoring) decorrente de recebimento de recursos pagos por terceiros e que ainda não haviam sido repassados à COOPERATIVA na data da elaboração de suas demonstrações financeiras.

c) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

A COOPERATIVA não possui aplicações financeiras ou instrumentos financeiros derivativos.

ii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e empréstimos com partes relacionadas. São ativos financeiros com recebimentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução de valor recuperável.

O valor dos empréstimos e recebíveis está ajustado para reconhecer a recuperabilidade dos referidos ativos, em função das expectativas da Administração dadas as informações disponíveis na data de emissão das demonstrações contábeis.

iii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a COOPERATIVA se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A COOPERATIVA baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2021, os passivos financeiros não derivativos da COOPERATIVA estavam representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e empréstimos com partes relacionadas, todos atualizados em função das informações disponíveis na data de emissão das demonstrações contábeis, incluindo dispositivos contratuais quando foi possível a identificação dos contratos respectivos, e estimativas de atualização com base na jurisprudência aplicável nos casos em que contratos não estavam disponíveis.

d) Créditos Operacionais

Os demais recebíveis da COOPERATIVA, incluindo conta corrente com associados, foram objeto de análise de recuperabilidade (inclusive no que se refere ao prazo de recuperação), e para os casos em que não há evidência consistente de que os créditos serão recuperados, os créditos foram provisionados.

e) Estoques

Os estoques se encontram avaliados com base no preço médio de compra, líquido de impostos recuperáveis. Para os casos em que não há evidência consistente de que os estoques serão recuperados, foram eles provisionados.

f) Impostos a recuperar

Os créditos decorrentes de impostos a recuperar foram avaliados em função de expectativa de sua recuperabilidade. Nos casos em que é possível e legalmente permitida a compensação desses créditos com os débitos de natureza tributária que figuram no passivo da COOPERATIVA, e mesmo em casos em que tal compensação ocorre de ofício, os respectivos saldos contábeis são apresentados de forma compensada, sendo tais casos detalhados em nota explicativa.

Para os casos em que não há evidência consistente de que os créditos serão recuperados, a Administração reconheceu uma provisão em razão da não recuperabilidade dos créditos.

g) Ativos anteriormente tratados como de longo prazo

Dada a situação da COOPERATIVA, a Administração avalia a chance de recuperação dos ativos realizáveis a longo prazo, componentes de seu ativo não circulante. Para os casos em que não há evidência consistente de que os créditos serão recuperados, a Administração reconheceu uma provisão para não recuperabilidade dos créditos.

h) Propriedades para Investimento

Propriedades para investimento são as propriedades imobiliárias mantidas para obtenção de receita de aluguel ou para valorização de capital (ou para ambos), mas não para venda no curso dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimento são avaliadas ao valor justo, levando em consideração as estimativas de recuperação do valor monetário dos bens por meio de venda, em função do contexto da COOPERATIVA.

O valor das propriedades para investimento da COOPERATIVA apresentado nas suas demonstrações contábeis constitui a melhor estimativa de que a Administração dispõe quanto ao valor de mercado dos referidos bens, de acordo com a opinião de perito que elaborou avaliação considerando as normas técnicas aplicáveis à avaliação.

Cabe destacar que o valor de venda apurado pelos avaliadores não necessariamente reflete, com precisão, o valor que seria obtido caso os ativos fossem colocados todos à venda, uma vez que em uma negociação de venda os preços podem sofrer alterações conforme as demandas de mercado e as circunstâncias de momento. Isso sem falar na perspectiva de alienação judicial através de leilão.

i) Participações Societárias

As participações societárias da COOPERATIVA, por meio das quais ela detém o controle direto e indireto de empresas, foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, incluindo provisão para perdas quando o patrimônio líquido das controladas for negativo.

No processo de determinação do valor do investimento, a Administração aplicou de forma consistente nas empresas controladas as mesmas práticas contábeis e bases de mensuração utilizadas nas demonstrações financeiras individuais da COOPERATIVA.

j) Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da COOPERATIVA e não se qualificam como propriedades para investimento são avaliados inicialmente ao custo histórico, possivelmente acompanhado de resultados de reavaliação anteriores a 31 de dezembro de 2007, quando a adoção de normas contábeis internacionais no Brasil proibiu o reconhecimento de reavaliações na contabilidade.

Os itens que compõem o ativo imobilizado da COOPERATIVA e não se qualificam como propriedades para investimento foram objeto de reconhecimento de provisão para perda no valor recuperável, em sua integralidade, tendo em vista que tais bens não serão recuperados pelo uso em atividades operacionais.

k) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A Administração avaliou, tendo como base as opiniões dos advogados da COOPERATIVA, os prognósticos associados a processos administrativos e judiciais dos quais a COOPERATIVA figura no polo passivo. Passivos são reconhecidos sob a forma de provisões nos casos em que o prognóstico de perda é provável e é possível a realização de estimativa confiável do montante do desembolso esperado para liquidar a obrigação correspondente.

A COOPERATIVA, em função das normas contábeis aplicáveis, não reconhece um passivo, limitando-se a divulgar informações em notas explicativas, para os demais casos, nos quais o prognóstico de perda é apenas possível, ou quando apesar de provável, não se pode estimar com confiança o valor do desembolso necessário para liquidar a obrigação.

Na identificação e mensuração de provisões, a Administração levou em consideração as opiniões emitidas pelos advogados da COOPERATIVA quanto aos prognósticos de causas em discussão administrativa e judicial e quanto à estimativa do valor da causa.

Dessa forma, as referidas provisões estão consideradas pela melhor estimativa possível tendo em vista as informações disponíveis à época da elaboração das Demonstrações Contábeis.

No mesmo sentido, a COOPERATIVA não reconhece ativos contingentes em suas demonstrações contábeis. Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis.

Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a entidade divulga o ativo contingente em nota explicativa.

l) Reconhecimento das Receitas

Todas as modalidades de vendas praticadas pela COOPERATIVA são reconhecidas no momento da transferência dos riscos e benefícios significativos de propriedade dos bens vendidos, momento que usualmente coincide com o momento da emissão da nota fiscal de venda.

A Administração optou por não aplicar os procedimentos requeridos pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, vigente a partir de primeiro de janeiro de 2018, e que demandaria que fosse reconhecida provisão para devedores duvidosos em momento concomitante ao reconhecimento da receita de vendas e do correspondente recebível originado, em função das expectativas estatísticas de perda, com base no histórico de transações da COOPERATIVA.

Tal decisão decorre da ponderação do custo de estimativa de tais valores, e do fato de que os recebíveis em aberto em 31 de dezembro de 2020 e de 2021 estão avaliados considerando sua expectativa de recuperabilidade, de modo que não há diferença em termos de saldos apresentados no Balanço Patrimonial e os saldos que seriam apresentados com a aplicação da referida regra.

m) Regime de Escrituração

As transações que afetaram a situação patrimonial e o resultado do exercício da COOPERATIVA foram contabilizadas com base no regime de competência, conforme requerido pelas normas contábeis aplicáveis. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos, dispêndios, receitas, custos e despesas quando percebidas ou incorridas, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

n) Ajuste a Valor Presente

O ajuste a valor presente, conforme previsto na NBC TG 12 do CFC, não foi calculado em razão de que os créditos e obrigações que não se apresentam atrelados contratualmente (indexados) a algum índice de atualização, não se apresentaram significativos no contexto das demonstrações financeiras.

o) Adiantamento de Clientes

As operações de adiantamento de clientes são registradas no passivo, refletindo a obrigação referente a rendimentos recebidos antecipadamente pela COOPERATIVA. Tais transações são reconhecidas como receitas somente quando ocorre a efetiva entrega, quando também são apropriados os custos correspondentes e finalmente é possível apurar o lucro incorrido na transação correspondente.

p) Custo dos Empréstimos

Os encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos são registrados integralmente como despesas financeiras no resultado do exercício, não havendo ocorrência de encargos financeiros vinculados aos empréstimos e financiamentos captados para a aquisição ou construção de bens do ativo imobilizado, situação que implicaria na agregação desses dispêndios financeiros aos custos dos ativos aos quais o custo de financiamento está vinculado.

q) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existência de significativos prejuízos operacionais, incluindo presença de resultado negativo nas operações com terceiros, resultam em prejuízo fiscal nas operações da COOPERATIVA. Como não há expectativa de lucros tributáveis futuros, não é reconhecido o crédito tributário em função desses prejuízos fiscais, que poderiam ser utilizados para compensação com imposto devido caso a COOPERATIVA tivesse lucro tributável, observados os limites legais. Está sendo realizado trabalho de verificação dos prejuízos fiscais de exercícios anteriores ao início da administração judicial, para que se tenha informações confiáveis sobre o saldo total de prejuízos fiscais da COOPERATIVA e de suas controladas.

6. Quadros Analíticos

6.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Abaixo estão demonstrados os saldos de disponibilidades por empresa. Destaca-se que os valores não estão alocados em aplicação financeira devido à situação de constantes penhoras e bloqueios judiciais vivida. Os recursos acumulados evidenciados na tabela serão utilizados no curso do ano-calendário 2022 para liquidação de exigibilidades correntes.

valores em R\$					
Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total	
Caixa	81.843	793.287	0	875.130	
Banco	40.277	2.420.180	9	2.460.465	
Agente Fiduciário	3.389.573	0	0	3.389.573	
Total	3.511.693	3.213.467	9	6.725.168	

6.2. Contas a Receber

Os saldos das contas abaixo representam valores a receber de Clientes não Cooperados, em função das operações da COOPERATIVA. Os referidos recebíveis foram objeto de análise por parte da Administração, quanto a sua expectativa de recuperabilidade, sendo registrada uma provisão para os créditos nos quais a liquidação não pode ser esperada com confiança.

valores em R\$					
Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total	
Duplicatas a Receber Geral	7.588.622	5.158.697	71.993	12.819.313	
Depósito Identificar	(54.254)	(684)	0	(54.938)	
Valores em Processos	(698.613)	0	0	(698.613)	
Cartões de Crédito	0	16	0	16	
Cheques em Cobrança Geral	0	1.182.399	0	1.182.399	
Cheques para Fornecedores	0	655.048	0	655.048	
(-) Prov. Devedores Duvidosos	(5.519.527)	0	0	(5.519.527)	
(-) Perdas Est Cred Liquid	0	(209.362)	(62.962)	(272.324)	
Duvid Dp	0	0	0	0	
(-) Perdas Est Cred Liquid Duvid Cheq	0	(116.610)	0	(116.610)	
Total	1.316.228	6.669.504	9.031	7.994.763	

6.3. Associados a Receber

Os saldos das contas abaixo representam valores a receber de cooperados, em função das operações da COOPERATIVA. Os referidos recebíveis foram objeto de análise por parte da Administração, quanto a sua expectativa de recuperabilidade, sendo registradas provisões para os créditos nos quais a liquidação não pode ser esperada com confiança.

valores em R\$					
Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total	
Conta Corrente Devedor/Adiant.	12.726.065	0	0	12.726.065	
Conta Confissão de Dívida	38.667.398	0	0	38.667.398	
Convenio Bannisul	33.602	0	0	33.602	
Duplicatas de Associados	2.823.861	0	0	2.823.861	
(-) Prov. Devedores Duvidosos	(2.823.861)	0	0	(2.823.861)	
(-) Atualização Lista de Credores	(1.523.613)	0	0	(1.523.613)	
Total	49.903.453	0	0	49.903.453	

A Confissão de dívida diz respeito a contratos que os associados negociaram ou até renegociaram sobre grãos, securitização, CPR-Cédula de Produtor Rural e Insusmos. Em suma, trata-se de produtos comprados da COOPERATIVA e não pagos pelos adquirentes. No processo de cobrança atualmente realizado, além de ingresso na via judicial, estão sendo enviados esforços no sentido de visitar pessoalmente os associados para verificação e regularização de pagamentos.

6.4. Adiantamento a Fornecedores

Os saldos desse grupo em 31 de dezembro de 2021 apresentam a seguinte composição:

valores em R\$					
Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total	
Adiantamento a Fornecedores	672.282	84.568	0	756.850	
Total	672.282	84.568	0	756.850	

6.5. Estoques

Composição dos estoques no encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2021, em valor financeiro (R\$):

valores em R\$					
Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total	
Estoques de Mercadorias	427.214	8.081.969	0	8.509.183	
Mercadorias em Consignação	0	53.678	0	53.678	
Mercadoria em Poder de Terc.	0	0	0	0	
Estoque de Terceiros	6.794	0	0	6.794	
Total	434.008	8.135.647	0	8.569.655	

No curso do ano calendário 2022 será iniciado trabalho de verificação dos valores dos estoques de almoxarifado, que podem resultar na baixa de valores a ser reconhecida nas demonstrações contábeis dos próximos períodos.

6.6. Impostos a Recuperar

Quanto aos créditos de natureza tributária, apresenta-se abaixo a sua composição analítica:

valores em R\$					
Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total	
ICMS a Recuperar	59.490.514	0	0	59.490.514	
(-) Conta Red. ICMS Processo	(59.365.292)	0	0	(59.365.292)	
IRF a Recuperar	81.600	0	4.973	86.572	
PIS a Recuperar	819.554	18.862	29.003	867.418	
COFINS a Recuperar	3.477.190	86.877	130.731	3.695.399	
PIS/COFINS, CSLL a Recuperar	225.045	0	4.241	229.286	
ICMS ST Sub-Apuração a Recup.	0	0	0	0	
IRPJ a Recuperar	0	107.712	0	107.712	
CSLL a Recuperar	0	40.216	0	40.216	
Total	4.729.211	253.667	168.947	5.151.825	

Em relação ao PIS e à Cofins a recuperar, a COOPERATIVA está realizando a reapuração desses tributos com o objetivo de identificar eventuais ajustes no valor a recuperar, bem como preparar retificações das Declarações de apuração desses tributos (EFD-PIS/Cofins). No que diz respeito ao ICMS, a COOPERATIVA registrou por meio de Nota Fiscal de entrada um crédito no valor de R\$ 59.365.292 referente à ação judicial transitada em julgado em favor da COOPERATIVA a qual tratou da não-incidência de ICMS na transferência interstatal de mercadores entre filiais. Destaque que o referido crédito foi registrado com base em parecer enviado à Administração pelo procurador da COOPERATIVA na ação, Dr. Juliano Lopes Garcia (OAB/RS 61.820), no dia 16 de fevereiro de 2018, em decorrência da ação judicial número 001109.0166523-5.

No entendimento da Administração Judicial, não há expectativa confiável de recuperabilidade desse ativo, uma vez que de demandaria compensações de tributos e até mesmo a serem abatidos dos débitos apurados nas operações. Ocorre que, em vista da desconitualidade das operações, não se vislumbra contrapartida para que esse crédito seja aproveitado. Dessa forma, o valor do referido crédito foi anulado pelo uso de conta redutora.

6.7. Outros Ativos - Curto Prazo

Os saldos desse grupo em 31 de dezembro de 2021 apresentam a seguinte composição:

valores em R\$					
Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total	
Adiantamento a Empregados	48.612	(1.666.545)	0	(1.617.933)	
Cheque em Cobrança Geral	118.708	0	0	118.708	
BSBIOS	4.758.099	0	0	4.758.099	
Prêmios de Seguros	4.960	4.282	0	9.242	